

Patrimônio, turismo, práticas culturais e identidades na região das Missões no Rio Grande do Sul

*Darlan De Mamann Marchi**
*Juliani Borchardt da Silva***
*Estelamaris Dezordi****

Resumo: O texto que segue é uma síntese de oficina realizada durante a II Semana de Arqueologia da UNICAMP. A atividade congregou a discussão em torno do patrimônio e das identidades na região das Missões no Rio Grande do Sul, dentro de uma abordagem interdisciplinar. Reconhecidas pela UNESCO como patrimônios mundiais em 1983, as ruínas do antigo povoado jesuítico-guarani São Miguel das Missões já possuíam o título de patrimônio nacional desde 1938, o que as torna um atraente espaço para a discussão das implicações das políticas de patrimônio e as confluências e divergências nessa relação com as comunidades. Nas últimas décadas São Miguel das Missões tem acompanhado a ampliação do conceito de patrimônio, englobando questões como o patrimônio imaterial e a atuação de atores, despontando o debate acerca das questões patrimoniais como os Mbyá-Guarani e a prática da medicina tradicional dos benzedores. Nesse contexto, o turismo é um ponto de confluência em todas as abordagens em relação ao patrimônio, assim como as questões identitárias locais, tendo em vista a formação multiétnica da região.

Palavras-chave: missões jesuítico-guarani; patrimônio cultural; benzedores; Mbyá-Guarani; turismo.

Resumen: El texto que sigue es una síntesis del taller realizado durante la II Semana de Arqueología de la UNICAMP. La actividad tuvo como eje la discusión en torno al patrimonio y las identidades en la región de las Misiones, en el Estado de Rio Grande do Sul, con un enfoque teórico-metodológico interdisciplinario. Las Ruinas del poblado jesuítico de los guaraníes de San Miguel de las Misiones fue reconocido por la UNESCO como patrimonio mundial en 1983, pero ya poseía el título de patrimonio nacional desde 1938, lo que la transformó en un atractivo espacio para la discusión de las implicaciones de las políticas de patrimonio y las confluencias y divergencias en esa relación con las comunidades. En el transcurso de las últimas décadas San Miguel de las Misiones ha acompañado la ampliación del propio concepto de patrimonio, englobando cuestiones sobre el patrimonio inmaterial;

* Graduado em História. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Doutorando do programa em Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP). Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Bolsista Capes. E-mail: darlanmarchi@gmail.com

** Graduada em Administração Projetos e Empreendimentos Turísticos. Especialista em História, Cultura, Memória e Patrimônio (URI). Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais (UFMG). Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: juossette@hotmail.com

*** Graduada em História. Especialista em História, Cultura, Memória e Patrimônio (URI). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAnt). Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Bolsista Fapergs. E-mail: estelamarisdezordi@gmail.com



desde entonces otros actores y manifestaciones culturales han surgido e incrementado el debate acerca de las cuestiones patrimoniales como los Mbyá-Guarani y los benedictinos. En este contexto, el turismo es un punto de confluencia en todos los abordajes en relación al patrimonio, así como cuestiones identitarias locales, teniendo presente la formación multiétnica de la región.

Palabras-clave: misiones jesuítico-guaraní; patrimonio cultural; benedictinos; Mbyá-Guaraní; turismo.

Abstract: This text summarizes the workshop held during the II Week of Archaeology at UNICAMP. The activity brought together a discussion on the heritage and identities in the region of the Missions in Rio Grande do Sul, within an interdisciplinary approach. São Miguel das Missões has the architectural remnants of the old town Jesuit-Guarani. Recognized by UNESCO as World Heritage in 1983, the ruins of São Miguel already had the title of national heritage since 1938, making them an attractive space for discussion of the implications of heritage policies and the confluences and divergences in this relationship with communities. In recent decades São Miguel das Missões has been following the expansion of the concept of heritage, encompassing issues such as intangible heritage and the role of actors, emerging debate about heritage issues as the Mbyá-Guarani and the practice of traditional medicine of healers. In this context, tourism is a confluence point in all approaches to heritage as well as local identity issues, with a view to forming the multiethnic region.

Keywords: Jesuit-Guaraní missions; cultural heritage; healers; Mbyá-Guarani; tourism.

1. As políticas de patrimônio no decorrer do século XX em São Miguel: os usos do passado e as mudanças na paisagem.

As missões jesuítico-guarani foram parte do projeto de colonização da coroa espanhola no entorno dos rios Uruguai e Paraná nos séculos XVII e XVIII e que compreende hoje territórios de Argentina, Paraguai e Brasil. Os aldeamentos implantados por religiosos tinham por objetivo a evangelização dos indígenas, em sua maioria guarani. Segundo Batista (2010) outras etnias como a dos charruas e minuanos também fizeram parte dos aldeamentos, mas em menor número. O projeto da Companhia de Jesus servia também, ao mesmo tempo, para a garantia da manutenção do território à Coroa espanhola.

Um complexo sistema social se estabeleceu nesses povoados, com lugares públicos definidos por um projeto urbanístico composto por praça, escola, oficinas, capelas, cemitério, casas etc. aonde, no caso de São Miguel das Missões, chegaram a viver mais de 5 mil indígenas. O prédio mais importante, no entanto, era a igreja, que demonstrava a centralidade do projeto evangelizador:

Cada aldeia tem uma linda igreja, uma torre com quatro ou cinco sinos, um ou dois órgãos, um altar-mor ricamente dourado, dois ou quatro altares laterais, um púlpito inteiramente dourado. Além disso, há várias



imagens, pintadas pelos índios, e que não são lá tão más. (SEPP, 1980, p.134)

Nestes povoados, num interregno de 150 anos, entre os séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se uma complexa estrutura de organização social e política com intensos compartilhamentos de traços culturais dos grupos que no período passavam a compor a sociedade colonial. Entretanto, encravadas em uma região de fronteira, as missões também foi palco de confrontos e instabilidades. Os chamados sete povos do lado oriental sofreram as consequências do Tratado de Madrid estabelecido entre Portugal e Espanha. Conforme Meliá e Nagel (1995, p. 223), a ação desse tratado levou ao acorde entre as coroas ibéricas e a notícia de que as populações dos sete povos teriam que ser transmigradas (1750-1753), posteriormente à “Guerra Guaranítica” (1753-1760) quando os indígenas se levantam contra os exércitos de Portugal e Espanha e por fim a propaganda contra os jesuítas e a a desmoralização dos guaranis com a posterior anulação do tratado (1756-1761).

Do fim do projeto colonial aos dias atuais é que está o ponto principal que interessa à discussão que aqui se pretende fazer sobre a patrimonialização dos remanescentes arquitetônicos de São Miguel das Missões. A localidade passou por um período de crise político-administrativa e de conseqüente arrefecimento populacional. Esse período foi registrado por viajantes, como o botânico francês Saint Hilaire, que descreve entre outras coisas, o estado crítico de deterioração da igreja:

A igreja, construída pelos jesuítas, inteiramente de pedra, possui uma torre que servia de campanário, mas há vários anos uma tormenta caiu sobre o telhado, destruindo-o completamente. (...)

Para substituir a velha igreja, construiu-se uma outra, baixa, estreita, comprida, nada parecida com os vastos edifícios que os jesuítas levantaram. (SAINT-HILAIRE [1820], 2002, p. 373)

Somente na segunda metade do século XIX com a lei de terras do império a região passou a ser recolonizada por descendentes de portugueses em sua maioria. Somente décadas mais tarde, as famílias de imigrantes de diversas etnias repovoaram a localidade no entorno dos remanescentes do antigo povoado missionário, que administrativamente conformava um distrito de Cruz Alta e posteriormente de Santo Ângelo.

Na década de 1920 o sítio onde se encontram as ruínas foi reconhecido como lugar histórico através da Comissão de Terras e Imigração do governo do Rio Grande do Sul. Entre



1924-1927 foram feitas as primeiras intervenções para recuperação das mesmas, que se encontravam tomadas pela vegetação e em precário estado de conservação. Essas obras serão fundamentais para a manutenção das estruturas da igreja, para o posterior reconhecimento em 1937, ano em que se torna patrimônio nacional, mesmo ano também em que no governo estadonovista é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Através do escritor Augusto Meyer, primeiro representante do SPHAN no Rio Grande do Sul, foram inventariados os primeiros bens tombados nacionalmente. Conforme Meira (2008) dois fatos históricos marcaram a preservação nacional do patrimônio no Rio Grande do Sul: as missões e a Guerra dos Farrapos. Mesmo advindas de vertentes historiográficas diferenciadas, ambas se relacionam a aspectos formadores da identidade do gaúcho quando analisada a partir das questões de fronteira e dos movimentos políticos e revoltas internas.

O reconhecimento nacional de São Miguel reafirma essa intencionalidade do Estado em dar destaque às ruínas agora como monumento que passa a constituir a narrativa oficial da nação. Tal reconhecimento ocorre com a participação do arquiteto Lúcio Costa que em visita às Missões em 1937 escreve um relatório e projeta um museu para a exposição das imagens barroco-missioneiras recolhidas na região pelo senhor Hugo Machado. As obras de restauração das ruínas da igreja e de construção do museu ocorreram sob o comando do arquiteto Lucas Mayerhofer. A partir de então a intervenção do governo federal foi constante para a manutenção do bem cultural, delimitações do sítio, novas obras de limpeza, conservação, escavações arqueológicas, manutenção e restauração das ruínas foram realizadas. Todas as ações empreendidas pelos órgãos de patrimônio alteraram também a formação da cidade, o rearranjo de pontos públicos a realocação de imóveis. Na década de 1970, com aprovação pelo município de Santo Ângelo em 1980, foi instituído legalmente um planejamento urbano a ser seguido na vila de São Miguel, coincidindo logo mais com uma parceria de consultoria com a UNESCO que levaria a novas obras de consolidação entre 1981-1987 devido à instabilidade de algumas paredes¹. No ano de 1983 após candidatura apresentada a UNESCO juntamente com outros sítios missioneiros do lado argentino, São Miguel recebe o título de Patrimônio Mundial.

¹ Arquivo Nacional do IPHAN, Rio de Janeiro. Diferentes relatórios da Série Inventário. Caixas 0576 a 0579.



São Miguel das Missões tornou-se no decorrer do século XX um marco para a identidade não somente do missioneiro – como ficou conhecido o gentílico nascido na região – mas também para o gaúcho. A localidade, com os títulos patrimoniais recebidos e com programas de incentivo ao turismo passou a ser um atrativo para visitantes de diferentes lugares. Entretanto, mesmo com a o título de patrimônio mundial a cidade segue sendo uma espécie de laboratório para as políticas de patrimônio. A pequena cidade possui hoje escritórios técnicos do IPHAN e do IBRAM e recentemente o sítio com as ruínas foi registrado no livro dos lugares, como patrimônio imaterial brasileiro² através do inventário *Tava Miri* São Miguel Arcanjo que compreende a relação ancestral dos indígenas Mbyá Guarani com as ruínas.

2. Os Mbyá Guarani e sua relação com o turismo no espaço patrimonializado

Oriundos de diferentes lugares do estado do Rio Grande do Sul, de algumas regiões da Argentina e também do Paraguai, essas famílias a partir da Constituição Federal de 1988 que garantiu o direito de ir e vir para todo o cidadão brasileiro e impôs respeito à mobilidade tradicional dos *Mbyá-Guarani* retornam para a região das Missões (SOUSA, 2007:10). A chegada dos *Mbyá-Guarani* no final da década de 1990 em São Miguel das Missões estabeleceu uma mudança no espaço que abrange principalmente o entorno do sítio arqueológico São Miguel Arcanjo situado na parte urbana central do município. Situação de difícil compreensão para a sociedade nacional e para as comunidades locais que precisam “digerir” a presença de indígenas compartilhando os mesmos espaços sociais.

Se anteriormente falava-se de um bravo passado missioneiro, envolvendo os religiosos que estruturaram as Missões Jesuíticas Guarani na banda oriental do rio Uruguai em ação conjunta com os nativos que habitavam a região dos Sete Povos das Missões. Contemporaneamente precisa-se, além de falar da nossa constituição histórica passada, também saber reconhecer e respeitar os “novos moradores” e ou visitantes pertencentes às etnias indígenas. Não se trata de desvalorizar a importância do passado, mas sim trazer para o debate reflexões acerca da importância sobre o reconhecimento de uma nova realidade

² BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Três bens são promovidos a patrimônio cultural do Brasil. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/03/tres-bens-sao-promovidos-a-patrimonio-cultural-do-brasil> > Acesso em 24 de jun. de 2015.

histórica que busca contemplar as diferentes mesclas identitárias e étnicas que compõe a região missioneira.

As percepções dos visitantes e moradores locais em relação aos Mbyá, que chegam ou vivem nas “ruínas” de São Miguel das Missões assim chamada tradicionalmente são variadas (estranhamento, repulsa, encantamento, pena, indiferença, respeito). Entender as motivações que levam as famílias indígenas a estarem dentro do espaço patrimonializado requer mais que uma simples percepção, nesse momento trata-se de uma mera observação que está relacionada a situação de subsistência econômica. Sousa (2007) trata dessas questões ao apresentar uma visão ampla sobre as famílias indígenas que vendem o artesanato nos avarandados do Museu das Missões, a partir desse olhar,

Sentados no alpendre do Museu das Missões [...] os *Mbyá-Guarani* e seus familiares expõem suas peças de artesanato no chão, à espera dos frutos deixados pelas mãos dos visitantes e turistas: o dinheiro, que se tornou fundamental para comprar alimentos e outros gêneros de primeira necessidade. (SOUSA, 2007:10)

Inseridos na sociedade nacional não mais como tutelados pelo estado, mas sim como cidadãos brasileiros constituídos plenos de direitos e deveres, precisam lutar por seus espaços e visibilidade nos locais em que vivem. A venda do artesanato como uma fonte de renda, desenvolvida em um local que para eles tem uma apropriação espiritual cosmológica, tem um significado que vai além do suprimento das suas necessidades econômicas. Na visão do não-índio o artesanato pode ser percebido somente como um produto de comércio, mas para o *Mbyá-Guarani* estes objetos produzidos têm outro significado que está ligado aos seus costumes e tradições (FINOKIET, 2010).

A comercialização dos produtos do artesanato guarani no mercado turístico precisa ser compreendido para além da subsistência econômica, apesar de produzirem em escala suficiente para a venda. Se observarmos o trabalho manual para a fabricação das peças, vamos perceber que nos objetos colocam sua identidade e assim concebem elementos da cultura material que vão sendo absorvidos pelos turistas. Dessa forma, ao estabelecer com os visitantes uma relação comercial no espaço patrimonializado, também visam a afirmação das suas identidades étnicas.

3. A prática do benzimento em São Miguel e a sua relação com o turismo

Assim como os *Mbyá-Guarani*, outros grupos tem ganhado visibilidade através do turismo desencadeado pelo patrimônio mundial. A prática da medicina tradicional, através dos benzedores, rezadores e mateiros da região, é outro aspecto que pode ser analisado no campo do patrimônio imaterial, ao mesmo tempo em que se constitui como um aporte identitário, também tem sido elemento utilizado pelo turismo.

Não se pode pensar a atividade turística apenas em seus aspectos e impactos econômicos, mas sim em um segmento que atue de forma sustentável, que promova a valorização, reconhecimento, respeito e a promoção da cultura e patrimônios da comunidade receptora – interferindo e impactando o menos possível nesta, procurando servir apenas de instrumento de desenvolvimento local (social e econômico) para as pessoas que ali habitam (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 11). Saber mediar as ações que busquem estes resultados requer inicialmente uma capacitação e profissionalização dos agentes que atuam direta e indiretamente no setor, tanto na iniciativa privada, quanto pública, além da sensibilização da comunidade para com o setor, ouvindo-a através de mecanismos de participação num trabalho conjunto e contínuo que busque atingir este quadro de sustentabilidade no segmento (CASOLA, 2003, p. 41).

O patrimônio cultural imaterial serve, principalmente, para promover a valorização da cultura existente na comunidade, respeitando as diferenças e peculiaridades de seus praticantes, servindo de referência identitária local. Estas práticas culturais, por serem recriadas através de sua transmissão, podem ser suscetíveis a interferências exógenas que possam introduzir novos códigos, valores e significados, perdendo, em alguns casos, suas principais características em detrimento de outras através da atividade turística. Este é um dos fatores negativos mais latentes quando se utiliza uma prática cultural local na atividade turística, tendo em vista a gama de contatos que ela proporciona entre comunidade local e visitante – que chega a um destino turístico com toda uma carga simbólica em sua bagagem e que necessariamente entrará em contato com a cultura e hábitos dos habitantes locais (SANCHO, 2001, p. 215.)

Aí reside um grande perigo do turismo cultural: as práticas culturais imateriais e materiais existirem apenas em virtude da atividade turística, fazendo com que empresários do setor ou governantes elejam e valorizem alguns de seus elementos e patrimônios pelo fato de terem maior apelo dos turistas e das agências operadoras, deixando outros (algumas vezes



mais significativos da cultura local) de lado, pelo simples interesse do mercado e seus respectivos ganhos financeiros.

Os benzimentos começaram a ser vistos como um potencial atrativo na cidade de São Miguel das Missões-RS pelos hotéis, agentes de viagem e prefeitura, que passaram a estimular seus praticantes através de encontros, colocando-os prioritariamente nos materiais turísticos e publicitários da cidade ou levando-os a participar dos principais eventos nacionais relacionados ao setor, como o Salão Brasileiro de Turismo (São Paulo/SP) e Festival de Turismo de Gramado (Gramado/RS), por exemplo. Alerta-se para possíveis impactos que as ações turísticas podem causar neste grupo, como: 1º) mudanças na forma como os benzedores passam a se enxergar e posicionar perante a sociedade (identidade); 2º) uma possível padronização das formas de benzer; 3º) alterações no espaço ou objetos por eles usados durante os rituais.

As ações de promoção dos benzedores não se limitaram apenas aos *folders*. Foram instaladas também placas de divulgação na frente de suas residências a fim de facilitar a localização por parte dos turistas a estes espaços. Certamente a ação de demarcar estes locais e espaços fortalece e legitima seus praticantes perante seu público e comunidade de forma geral, motivando as pessoas a frequentá-las e assim compartilhar de seus significados. Em contraponto, há uma relação de ambiguidade, pois a residência até então privada, de uso familiar e de vizinhos conhecidos, ganha um status público de utilidade para a sociedade que ali frequenta e vislumbra atenção, orientação, fé, força e proteção na figura do benzedor.

Criação e escolha feita por algumas entidades em um determinado momento objetivando única e exclusivamente o desenvolvimento de uma imagem de impacto e atrativo para os visitantes. A criação de materiais publicitários, sem dúvida nenhuma, busca criar um rótulo identitário para o município, onde a figura do benzedor, nesse caso, é o ator principal, que acaba se moldando também a estas imagens e discursos em prol das necessidades do turismo local. Os benzedores, aparentemente, parecem se sentir valorizados e reconhecidos pela divulgação de suas práticas. Isso se deve, provavelmente, pelo fato de que antes não eram reconhecidos publicamente através de instituições, permanecendo apenas para o grupo de pessoas que a praticavam em suas relações interpessoais e de convivência cotidiana. Esta atuação junto ao turismo surge para eles como uma forma de resistência do seu ofício, muitas vezes ameaçada pela falta de interesse das novas gerações ou pelo preconceito de outras religiões que se posicionam contra suas práticas.

Os benzedores, em suma, não recebem nenhum valor monetário para recepcionar os turistas em suas residências (salvo as doações que ganham esporadicamente), ficando o ganho financeiro aos empreendedores do segmento. Há uma dicotomia na ação do turismo na cidade, pois se percebe que esta atividade, ao mesmo tempo em que altera alguns aspectos na prática dos benzedores, é também uma ferramenta legitimadora de seus praticantes no município, contrapondo as ações internas que vão contra atuação, como por exemplo, o avanço e expansão das igrejas evangélicas na cidade. Fica a impressão que turismo e benzedores se apoiam, e se utilizam reciprocamente conforme seus interesses. Espera-se, entretanto, que as possíveis interferências a este ofício sejam minimizadas por ações de registro e programas que garantam a sustentabilidade para seus praticantes, que possam ser ouvidos e inseridos nas políticas públicas culturais da cidade e não apenas meros atrativos turísticos em benefício econômico de poucos.

Considerações Finais

Todas as políticas patrimoniais aplicadas em São Miguel até os dias de hoje possibilitam verificar a transformação do entendimento de cultura. Essa transformação pode ser observada através das imagens de São Miguel no decorrer do tempo, com a imagem marcante da ruína da igreja símbolo para a população regional. Mais recentemente ganhou outros componentes na paisagem: os Mbyá-Guarani, que passaram a ressignificar o lugar através da sua presença. Assim como a prática do benzimento, ainda não inventariada, mas já trabalhada pelo segmento do turismo. Dessa maneira, o patrimônio pauta o cotidiano da cidade, na ação das agências de patrimônio e também através de outros atores, como os turistas que por diferentes motivos passam pela pacata localidade reconhecida como patrimônio mundial.

Mais do que um lugar portador de memória (NORA, 1993), o lugar é uma construção e essa construção patrimonial tem um passado. Um olhar crítico sobre a história da patrimonialização auxilia na compreensão das intencionalidades expressas quando da ativação patrimonial (PRATS, 1998). Essa permanência do lugar, a imobilidade de referenciais no espaço é “tranquilizador para uma identidade pessoal e coletiva” (CANDAU, 2012, p. 158). Assim, a identidade missioneira enquanto uma retórica fundacional da região foi impulsionada pela ação do Estado na preservação das ruínas e repercutiu numa comunidade regional

multifacetada passando a dar sentido de pertença e referências para o uso desse passado na afirmação e recriação das relações sociais do presente.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Três bens são promovidos a patrimônio cultural do Brasil*. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/03/tres-bens-sao-promovidos-a-patrimonio-cultural-do-brasil> > Acesso em 24 de jun. de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. 3ªed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CASOLA, Luis. **Turismo e Ambiente**. São Paulo: Editora Rocca, 2003.

FINOKIET, Bedati. *Tekoá Koenju Ojexauka: Aldeia Alvorecer se apresenta/* Bedati Finokiet, Ariel Ortega, Patrícia Ferreira. – Santo Ângelo: OPPOMP. 2010.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no rio Grande do sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Tese de Doutorado, PROPUR, UFRGS,2008.

MELIÁ, Bartomeu; NAGEL, Liane Maria. *Guaraníes y jesuítas em tempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo/RS: URI, Centro de Cultura Misioneira; Assunción, Cepag, 1995.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, p.7-28, dez.1993.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

SEPP S.J., Antônio. *Viagem às missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SOUZA, José Otávio Catafesto de; PIRES, Daniele de Menezes; MORAES, Carlos Eduardo Neves de; ARNT, Mônica; MORINICO, J. C. P. *Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões*. Porto Alegre: 12ª SR- IPHAN, 2007. v. 1. 58p.